

Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP

Reflections on the development and small cities: analysis of the cities of Dracena and Ouro Verde, São Paulo State, Brazil

Carla de Souza Leão

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – Univ Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR).
E-mail: carla_sleao@hotmail.com

Resumo

As transformações na economia reestruturam a rede urbana, alteram as funções e a centralidade das cidades. Estudos sobre as cidades pequenas demonstram a perda de centralidade e funções em alguns casos, mas há ainda outros casos em que elas podem aumentar seu dinamismo e polarizar cidades menores no seu entorno. Neste sentido, torna-se de grande relevância não só o debate sobre a definição de cidades pequenas, mas também pensarmos no seu desenvolvimento. Neste trabalho analisamos o caso das cidades de Dracena e Ouro Verde, localizadas no interior do Estado de São Paulo, que surgiram em decorrência da especulação fundiária e para dar suporte à produção agrícola. Mas a crise na agricultura, a modernização no campo e a concentração fundiária alteraram os papéis e a centralidade destas cidades, que foram se diferenciando na rede urbana. Na medida em que Ouro Verde perde papéis e centralidade, Dracena incorpora novos papéis e se apresenta mais dinâmica e em relação às demais cidades da região. Buscamos entender quais elementos contribuíram para um desenvolvimento diferenciado entre as cidades e o papel dos agentes locais, do poder público municipal e estadual nesse processo.

Palavras-chave: rede urbana, cidades pequenas, desenvolvimento, funções centrais.

Abstract

The changes in the economy restructure the urban network, alter the functions and the centrality of cities. Studies on small towns show a loss of central functions in some cases, but there are other cases where they can increase their energy and polarize the smaller cities around it. In this sense, it is of great relevance not only the debate on the definition of small towns, but also we think the development for small towns. We examined the case of cities of Dracena and Ouro Verde, located in the State of Sao Paulo, which arose as a result of land speculation and to support agricultural production. But the crisis in agriculture, modernization in the countryside and land concentration altered the roles and the centrality of these cities, which were differentiating into the urban network. While Ouro Verde loses roles and centrality, Dracena incorporates new roles and presents the most dynamic and in relation to other cities. We try to understand what elements contributed to a differential development between cities and the role of local agents, the municipal government and state in this process.

Keywords: urban network, small cities, development, central functions.

Introdução

Nos últimos anos vem crescendo dentro da Geografia Urbana o interesse pelos estudos sobre as pequenas cidades, uma dimensão escalar do urbano que por muito tempo foi negligenciada. No momento, a criação de critérios para que se possa definir o que é uma pequena cidade chega tornar-se polêmica, e a falta de consenso persiste. O debate, entretanto, é necessário para que se possa avançar na temática.

O Brasil apresenta um grande número de pequenas cidades, segundo o IBGE no ano de 2001 existiam 5.507 cidades das quais 4.980 possuíam em sua área municipal até 50.000 habitantes; elas apresentam diferentes características dependendo do contexto regional em que estão inseridas, o que aumenta ainda mais a complexidade destes espaços e a necessidade de compreendê-los.

Observando alguns estudos sobre o tema verificamos que muitas delas têm passado por processos que as levam a perder papéis e centralidade, e se tornam muitas vezes, de moradia para as reservas de trabalho; já em outros casos, com menor incidência, vemos que algumas dessas pequenas cidades conseguem incorporar papéis, e certo dinamismo e polarizam cidades menores no seu entorno; neste sentido torna-se relevante, a discussão sobre o desenvolvimento em pequenas cidades.

Num primeiro momento deste trabalho apresentamos uma discussão sobre a definição de pequenas cidades, apontando a necessidade de se pensar dentro de uma perspectiva da rede urbana.

Em seguida trazemos o debate sobre desenvolvimento dando ênfase a importância de se pensá-lo para as pequenas cidades.

Por último tentamos analisar o desenvolvimento das pequenas cidades de Ouro Verde e Dracena, observando o seu processo histórico de formação, o papel dos agentes locais e do poder público municipal e estadual; e, numa tentativa de mensuração do desenvolvimento destas pequenas cidades, utilizamos os índices de IDH e o IPRS, mesmo reconhecendo as fragilidades existentes em relação aos índices e a polêmica que envolve o conceito de desenvolvimento.

Cidades pequenas: critérios e definições

Diversos são os critérios utilizados para definir cidades, não existindo um consenso para tanto. As estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20 mil

habitantes (SANTOS, 1989). Mas vários países adotam um critério próprio também baseado em um número mínimo de habitantes a partir do qual essas aglomerações possam ser consideradas cidades. Esse número pode variar muito de país para país. (SANTOS, 1979).

No Brasil, a definição oficial segue um caráter político-administrativo, onde todas as sedes de municípios são consideradas cidades. Tal critério tem sido muito discutido, pois, na maioria das vezes, o que leva ao surgimento de um novo município, e conseqüentemente de uma nova cidade, são questões que envolvem a capacidade da elite local em exigir, com base nos mais diferentes interesses, a emancipação político-administrativa de determinadas áreas. Entretanto, muitas vezes não é levado em conta o caráter urbano que esses espaços possam ou não conter.

Critérios a partir do tamanho demográfico talvez apenas se aproximem do que realmente seja uma cidade dependendo do contexto em que cada uma delas está inserida; mas em um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes realidades em cada região, esse tipo de classificação seria muito inadequado.

Segundo Souza (2003), para que se possa considerar uma cidade enquanto tal é preciso se ter uma “certa centralidade econômica (e adicionalmente, também política) e algumas características econômico-espaciais que a distinguem de um simples núcleo formado por lavradores ou pastores, agrupados, em um habitat rural concentrado, [...]”. (p.30). Já Sposito (2004) afirma que a “[...] urbanização expressa e ampara a existência de uma divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, ela mesma divisão territorial do trabalho [...]” (p. 35).

Mas a grande dificuldade em definir o que é uma cidade pequena está na relação de oposição estabelecida entre o rural e o urbano, e no limite existente entre ambos. Santos (1965), ao discutir a definição de cidade, observa que

(...) não é fácil estabelecer um limite além do qual a transição já se deu, indiscutivelmente. Essa dificuldade é tanto maior quanto sabemos como são diferentes os processos de formação de uma hierarquia, nas diferentes economias e civilizações; transpor essa dificuldade para uma definição de caráter geral é tarefa onerosa. (SANTOS, 1965, p.135)

Ao tratar sobre as cidades pequenas, em outro trabalho, Santos (1982, p. 70) faz a distinção entre ao que denomina de *pseudocidades* e as verdadeiras cidades, as quais preferem chamar de *cidade local*, dizendo que essas apresentam seu crescimento a partir de sua economia local, ou seja, um crescimento auto-sustentado.

As *pseudocidades* seriam inteiramente dependentes da atividade primária ou mesmo de atividades não primárias como cidades industriais, religiosas, universitárias, balneárias, de montanha; ou ainda, estão na zona de influência de grandes cidades, constituindo-se como parques industriais ou cidades dormitórios. Já a cidade local é “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71).

Sendo assim, podemos considerar que a presença de uma pequena cidade depende do contexto regional em que ela está inserida e do nível de centralidade que possui; e que uma definição numérica, nesses termos, pode generalizar o fenômeno urbano que é muito mais qualitativo, limitando a sua compreensão e não sendo capaz de exprimir a verdadeira realidade dessas cidades.

Neste sentido, só a partir da investigação da “complexidade das funções urbanas” é que se pode determinar a existência de uma cidade, o que de certo modo não está necessariamente relacionado ao tamanho populacional que esta possa ter.

Uma cidade pequena ou uma cidade média só podem ser conceituadas quando estabelecemos suas relações com outras cidades na esfera da rede urbana e sua importância dentro da hierarquia de cidades. (ENDLICH, 2006, p. 89; SPOSITO, 2004, p. 311). Serão as funções, os papéis desempenhados e o nível de centralidade que determinará qual será posição ocupada por estas cidades dentro da hierarquia urbana.

Ao conceituar uma cidade como média, por exemplo, deve se ter em mente a diferenciação entre o que é uma cidade média e uma cidade de porte médio como nos adverte Sposito (2004). Uma cidade para ser considerada como de porte médio no Brasil precisa ter entre 100 e 500 mil habitantes, enquanto uma cidade média deve ser entendida como

[...] de porte médio que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no conjunto da rede urbana, daí a utilização do conceito similar de “cidades intermediárias” que é a terminologia utilizada pelos pesquisadores de língua espanhola e utilizada por Milton Santos, por exemplo, em várias publicações. (SPOSITO, 2004, p.331, grifo da autora).

Desse modo, a idéia de cidade de porte médio se remete exclusivamente ao tamanho demográfico, enquanto uma cidade média remete à idéia de posição na hierarquia urbana, sendo possível somente sua apreensão quando buscamos estabelecer relações com outras cidades. Do mesmo modo, devemos transpor esta

idéia sobre o contexto das cidades dentro da hierarquia urbana ao tentarmos construir uma definição de cidades pequenas, levando em consideração a diferença entre o que seria o porte ou tamanho e o nível de centralidade.

Corrêa (1999, p.48), ao fazer uma análise sobre a globalização e a reestruturação da rede urbana a partir das pequenas cidades, aponta dois caminhos a serem seguidos por elas. O primeiro diz respeito à “perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais ligadas diretamente à produção do campo”, ou seja, a modernização da agricultura transformou esses centros em reservatório de mão-de-obra temporária engajada em atividades agrícolas. Neste caso, os centros urbanos passam a exercer a função de moradia e é comum a presença de agroindústrias que aí se instalem, pois exigem para seu funcionamento grandes espaços e abundância de mão-de-obra barata e pouco qualificada.

O segundo caminho diz respeito à

Transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nele uma complexa divisão territorial do trabalho. (CORRÊA, 1999, p. 50).

As novas atividades podem ser associadas à industrialização do campo, ou ainda, associadas a “atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais [...]”, ou ainda, por meio de iniciativas de capital local, que tenham conseguido se expandir e se manter no mercado.

Em um estudo mais recente Corrêa (2004) aponta dois outros caminhos para as cidades pequenas:

i. Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. [...]

iv. Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais a estrutura etária, afetando ainda a proporção entre os sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedentes de aposentadorias de trabalhadores agrícolas [...] (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

Deve-se ter, também, atenção especial nesta análise às alterações e ao aumento das atividades comerciais e de serviços, pois as transformações no modo de consumir se deram em toda sociedade e, por isso não é possível comparar número e tipo de estabelecimentos (ENDLICH, 2006, p. 163-164).

Desenvolvimento e pequenas cidades

Atualmente pouco se tem pensado sobre o desenvolvimento de pequenas cidades, quando se houve falar sobre desenvolvimento urbano, pensa-se logo nas grandes cidades, porém Juanico em 1977 já assinalava que naquele momento

Na maior parte dos países em desenvolvimento, políticas que tentam se concentrar no desenvolvimento dos centros urbanos maiores, apesar dos problemas de distribuição, canalizando maior parte dos recursos de investimento para as cidades, em detrimento das hinterlândias rurais. (JUANICO, 1977, p. 25).

Poderíamos acrescentar a esta afirmação que, não só em detrimento das hinterlândias rurais, que hoje também recebem investimentos em alguns casos, principalmente naquelas áreas ligadas a produção agrícola voltada para a exportação; mas, sobretudo, em detrimento das pequenas cidades, pois o governo brasileiro tende a concentrar a maioria dos investimentos, principalmente em infra-estrutura, nos grandes centros urbanos para que aí as empresas transnacionais possam se instalar. Desse modo, ocorre não apenas uma concentração e centralização econômica, mas uma concentração espacial, que é um aspecto conhecido do desenvolvimento desigual propiciado pela dinâmica do capitalismo.

Juanico (1977, p.30) ressalta a necessidade de se incluir as pequenas cidades nos planos nacionais de desenvolvimento, onde o governo tem um papel fundamental na “idealização, execução e coordenação das complexas operações necessárias à criação do equilíbrio espacial, econômico e social de uma região”. Entretanto, no Brasil, as pequenas cidades nunca foram incluídas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, pois conforme coloca Endlich (2006)

No Brasil, o estímulo à implementação de pólos que ajudariam a estimular o território nacional, promovendo uma ocupação mais racional do mesmo e uma melhor difusão do desenvolvimento econômico, baseavam-se em centros que já eram considerados como intermediários na rede urbana. Então, se por um lado, esse processo

representou desconcentração metropolitana, por outro, representou concentração já que as cidades médias atraíram fluxos humanos provenientes das pequenas cidades. (ENDLICH, 2006, p. 315-316).

Outro ponto que poderíamos pensar ser uma atitude que visa uma melhor equidade espacial do desenvolvimento seria o processo de descentralização político-administrativa como está organizado na Constituição de 1988, segundo a qual foram repassadas aos governos dos estados e municípios, várias competências que antes eram do governo federal. Todavia, mais uma vez, como já alertou Endlich (2006, p.318), é apenas um modo de diminuir os encargos e a responsabilidade política do Estado para que possa atender aos interesses corporativos.

Diante do exposto surge a necessidade de se pensar o desenvolvimento em pequenas cidades, apesar de toda a discussão em torno desse conceito, que já foi visto como sinônimo de evolução, crescimento econômico e de seus vários desdobramentos: desenvolvimento local, endógeno, sustentado, humano etc.

Atualmente surgem várias experiências que se baseiam no desenvolvimento local e endógeno como alternativas para regiões e cidades que apresentam um nível de dinamismo baixo, enfrentando problemas sociais e econômicos e que *a priori* não apresentam perspectiva de reversão deste quadro.

Podemos entender como desenvolvimento local

a flexibilidade, opondo-se a rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território. (BENKO, 1996, p. 228)

Já o conceito de desenvolvimento endógeno, segundo Barquero (2001, p.26), baseia-se em iniciativas das comunidades locais com “ações tendentes ao aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, de melhoria na distribuição de renda e de conservação de recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural”.

Boisier (1997) defende que sem crescimento econômico não poderá haver desenvolvimento, entretanto somente o crescimento econômico não é capaz de gerá-lo, sendo o nível local encarregado de transformar o crescimento em desenvolvimento. Para este autor “**el crecimiento económico de un territorio**, en el contexto de un sistema más y más globalizado, tiende a ser más y más exógenamente determinado” (BOISIER, 1997, p. 45, grifo do autor) porém,

“el **desarrollo de un territorio**, en el mismo contexto globalizado, debe ser el resultado de esfuerzos endógenos, una afirmación de profundas y amplias repercusiones en varios campos, que llegan hasta la cuestión de la cultura y de los mecanismos de defensa social frente a una posibilidad de alienación total” (BOISIER, 1997, p. 46, grifo do autor)

Boisier (1997) sustenta a tese de que o desenvolvimento regional endógeno é possível quando se consideram os seguintes elementos: atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno. Esse desenvolvimento regional/local aparece como sinônimo de desenvolvimento territorial. Mais do que a existência dos elementos (presentes em quase todos os territórios) é fundamental a potencialização e a articulação entre eles.

Outra discussão sobre a temática do desenvolvimento é apontada por Matushima e Sposito (2002), que constataram a importância do eixo rodoviário como elemento de ligação entre diferentes pontos do território e que estimula o desenvolvimento local, além de uma mudança de paradigma de área para o paradigma de eixo de desenvolvimento.

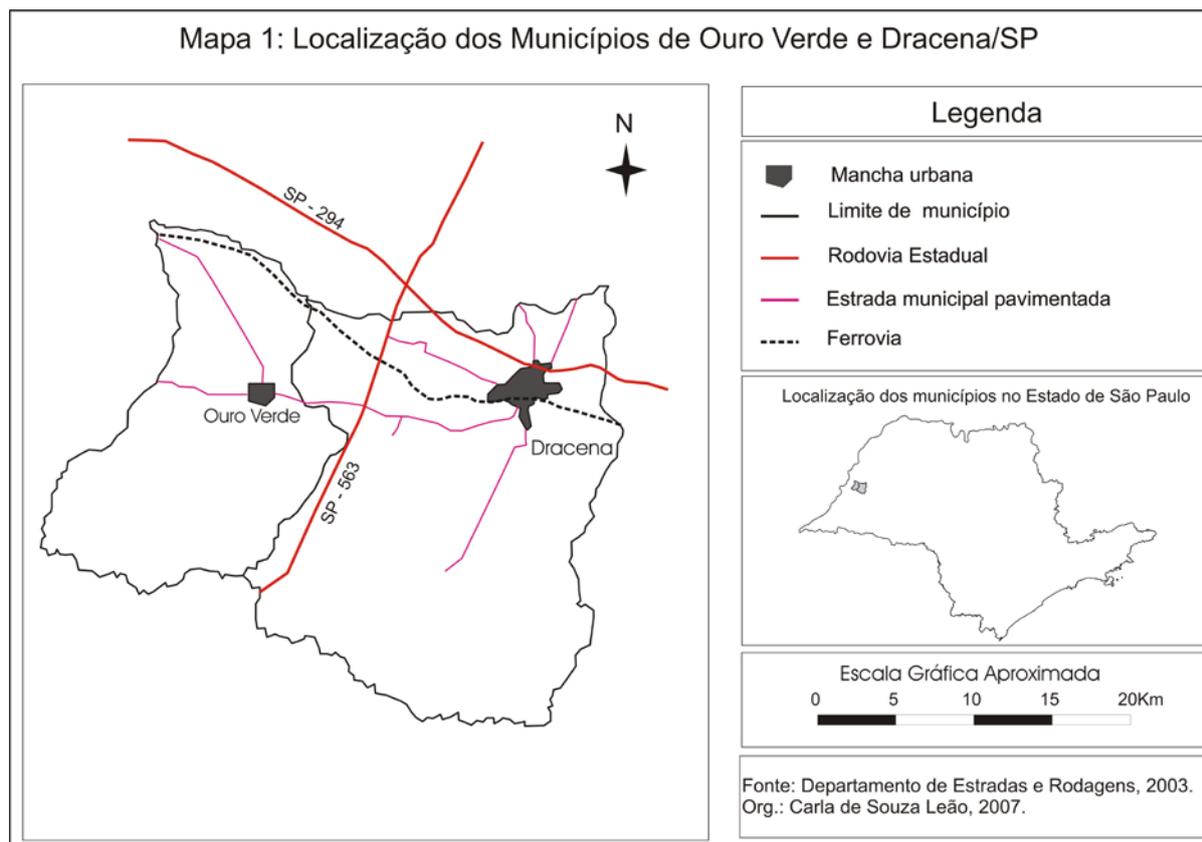
Para corroborar esse raciocínio, Bordo (2005, p.2) afirma que

As infra-estruturas de transportes têm a função primordial de proporcionar a acessibilidade territorial adequada para o funcionamento das unidades produtivas, bem como são necessárias para o deslocamento de pessoas, mercadorias e serviços, contribuindo para a redução da distância temporal, dos custos de transporte e do preço final dos produtos, implicando em um conseqüente ganho de competitividade industrial.

Trazemos esta discussão, pois como veremos mais adiante, a cidade de Dracena, que tratamos neste artigo, possui sua malha urbana cortada por uma rodovia estadual com certo grau de importância dentro da região, enquanto a cidade de Ouro Verde não é servida por infra-estruturas deste nível, o que de alguma maneira contribuiu para o maior desenvolvimento e maior centralidade de uma em relação a outra. Como podemos perceber, os eixos rodoviários são extremamente relevantes no dinamismo econômico de uma região, atuando como facilitadores na articulação entre os centros urbanos e o desenvolvimento de atividades industriais.

O Desenvolvimento nas Pequenas Cidades de Ouro Verde e Dracena

Dracena e Ouro Verde são municípios vizinhos e as cidades que lhes dão nome se localizam muito próximas, com uma distância de apenas 17 km entre si, ligando-se por uma estrada municipal. A área urbana de Dracena é cortada pela rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – SP 294, onde estão localizadas as suas principais indústrias. (mapa 1)



O município de Ouro Verde surgiu a partir de um loteamento promovido por Olavo Ribeiro do Val, que adquiriu 800 alqueires de terra na região em 23 de março de 1945, com o intuito de povoá-las. Os lotes rurais foram postos à venda juntamente com os lotes urbanos, neles pretendia-se cultivar o café e cereais, e eram baseados em pequenas propriedades. O proprietário das terras foi também o executor do planejamento urbano. O povoado foi elevado à condição de município em 23 de dezembro de 1953, quando possuía 800 habitantes e, em 1954 já tinha 2.000 habitantes. Da mesma maneira, o município de Dracena surgiu da iniciativa dos proprietários de terra. Em 1936 a família Fioravante adquiriu na região uma área de 1000 alqueires de terra, e começou a colonização da chamada Perobal, hoje distrito de

Jaciporã. Em 1945, um grupo de empresários formado por Irio Spinardi, João Vendramini, Virgílio Fioravante, e Florêncio Fioravante, donos de uma empresa de colonização, adquiriram 30 alqueires de terras em setembro de 1945. Conscientes da futura implantação da estrada de ferro e com o intuito de nelas formarem um núcleo urbano, deram início ao loteamento no dia 8 de dezembro do mesmo ano.

Dracena foi elevada à categoria de município em 4 de abril de 1949. Sua ocupação também se apresenta com base em atividades agrícolas, principalmente a produção de café. Dracena, no entanto conseguiu desenvolver-se muito rapidamente enquanto Ouro Verde teve um crescimento mais lento.

Já na década de 1960, a modernização do campo atingiu diretamente a dinâmica econômica e populacional nos dois municípios, levando as cidades a uma refuncionalização de seus antigos papéis. A concentração de terras na região, já evidenciado por Fresca (1990), provocou perda considerável de parte da população rural, e conseqüentemente total, além de um aumento na população urbana. Este processo se dá de modo evidente no município de Ouro Verde, como podemos observar na tabela 1, a população total que alcançou os 9.274 habitantes no ano de 1960 foi diminuindo ao longo das décadas de 1960 e 1970, diminuindo para 5.839 habitantes em 1980, tendo um crescimento moderado desde então. Enquanto a população urbana aumenta a população rural diminui.

Tabela 1: População total, urbana e rural no município de Ouro Verde.

Ano	População total	População urbana	População rural
1950	3.567	372	3195
1960	9.274	-	-
1970	7.706	2.550	5.156
1980	5.839	3.048	2.791
1990	6.962	5.387	1.575
2000	7.147	6.344	803
2005	7.266	6.525	741
2007	7.345	6.627	718

Fonte: IBGE, Censo demográfico: São Paulo, 1950, 1960, 1970; Fundação SEADE – Informações dos Municípios Paulistas, 2007. **Org.:** Carla de Souza Leão

Tabela 2: População total, urbana e rural no município de Dracena.

Ano	População total	População urbana	População rural
1950	9.589	3.925	5.664
1960	32.537	-	-
1970	31.245	23.976	7.179
1980	35.912	28.740	7.172
1990	39.229	34.162	5.067
2000	40.491	37.145	3.346
2005	40.986	37.900	3.086
2007	41.216	38.223	2.993

Fonte: IBGE, Censo demográfico: São Paulo, 1950, 1960, 1970; Fundação SEADE – Informações dos Municípios Paulistas, 2007.

Org.: Carla de Souza Leão

Entretanto, isso não ocorreu em Dracena que teve um crescimento populacional quase contínuo, como veremos mais adiante este fato está relacionado à incorporação de novos elementos nas atividades comerciais, industriais e de serviços; responsáveis pela maior dinamização de sua economia, aumentando assim, a sua capacidade de atrair população. Conforme a tabela 2, a população urbana teve um grande salto desde os primeiros anos de sua formação até 1970. Enquanto a população rural cresceu mais lentamente e encontra-se em diminuição desde a década de 1980, a população em Dracena sempre foi predominantemente urbana.

Nenhuma das cidades estudadas apresenta-se como um núcleo urbano-industrial, predominam as atividades ligadas ao comércio e aos serviços, embora seja forte a ligação da cidade de Ouro Verde com a agricultura. Devemos destacar que a oferta de serviços é maior em Dracena e o seu comércio é bem mais dinâmico que de Ouro Verde. Como consequência a capacidade de gerar emprego nestes setores é bem maior.

No Brasil durante a década de 1980 ocorre uma grande disseminação de distritos industriais que aqui estão associados a um modo de atração de empresas através de incentivos fiscais, criação de infra-estruturas e doação de terrenos, e a indução da localização das atividades industriais em áreas designadas especificamente a esse fim. De acordo com Matushima e Sposito (2002) o conceito original de distrito industrial foi formulado por Alfred Marshall, que em sua teoria defendia que a conformação de áreas de concentração industrial se daria pela conformação de fatores naturais (proximidade e a fontes de matérias-primas e de energia), presença de mão-

de-obra qualificada e a existência de um ambiente político e econômico favorável. Entretanto, nas cidades em estudo a criação de distritos industriais não ocorreu como esta proposição de Marshall e sim de modo semelhante ao que aconteceu no restante do país.

Em Ouro Verde ocorre a criação de um distrito industrial em 1986, na tentativa de dinamizar a economia local, a partir de incentivos do poder público municipal, que neste caso doou os lotes e isentou o pagamento de impostos, para o desenvolvimento de atividades de pequenas fábricas de cerâmica vermelha que produzem telhas e tijolos. Enquanto que em Dracena a criação do distrito industrial no final da década de 1980, também foi promovida pelo poder público municipal, esteve muito mais relacionada à melhor adequação de uma área para as empresas já existentes, que viram na criação do distrito a possibilidade de ampliação de suas instalações, sem que estas recebessem incentivos como doação de terrenos e isenção de impostos.

Em Ouro Verde, a princípio, as atividades ceramistas encontraram uma atmosfera favorável para o seu desenvolvimento com os incentivos do poder público municipal, pela proximidade da matéria-prima e por ser uma atividade que não exige mão-de-obra qualificada, nem tecnologia avançada ou grandes infra-estruturas, e ainda se beneficiou em alguns momentos pelo crescimento no setor de construção civil em todo o Estado. No entanto, esses benefícios não foram suficientes para impulsionar a economia do município e hoje se encontram em decadência devido ao esgotamento das reservas de argila na região. Muitas das pequenas indústrias já encerraram suas atividades, apenas três empresas que conseguiram adquirir reservas de argila ou estão em condições de comprar de outras cerâmicas ainda conseguem se manter no ramo.

O poder público em Dracena também procurou investir na criação de distritos industriais, cujo acesso é feito pela Avenida Orlando Fruchi que dá acesso a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – SP-294. Dracena se destaca por apresentar um índice de industrialização bem maior que os demais municípios da região, além da maior diversificação de suas atividades.

As empresas em Ouro Verde também foram fundadas por empresários locais, porém de modo induzido pelo poder público municipal e tenderam a se concentrar em um único ramo que hoje se encontra decadente, as empresas em Dracena surgiram da iniciativa espontânea dos empresários locais nas décadas de 1950, 1960 e 1970, e tenderam a uma maior diversificação, conseguindo muitas vezes inovar e/ou atender a demandas específicas do mercado que a princípio é local/regional para posteriormente

atender ao mercado nacional. Algumas empresas no ramo agropecuário se favoreceram pela dinâmica existente no campo.

Deste modo, no caso de Dracena, os empresários foram importantes agentes locais no processo de implantação e diversificação das atividades industriais, promovendo articulações que favoreceram o crescimento da cidade.

Analisando as atividades terciárias, constatamos que Dracena é referência na região no fornecimento de serviços educacionais e de saúde. Na área de educação conta com a presença de faculdades de ensino superior e escolas técnicas. A Fundec - Fundação Dracense de Educação e Cultura, que é uma instituição pública municipal, criada em 1968, que oferece cursos de graduação, pós-graduação e técnico. O município ainda conta com a presença do CESD - Centro de Ensino Superior de Dracena, criado em 1989, com cursos de graduação e pós-graduação; e, com o Campus Experimental da UNESP criado em 2003 onde funciona o curso de Zootecnia. Todas estas instituições de ensino atraem um grande fluxo de pessoas, principalmente de cidades vizinhas.

Dracena ainda tem grande destaque nos serviços de saúde, muitas pessoas se deslocam até a cidade de Dracena à procura de atendimento médico nas especialidades de cardiologia, cirurgia plástica, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, geriatria, ginecologia, oftalmologia, entre outros, enquanto os atendimentos de saúde em Ouro Verde são feitos pelos Centros de Saúde Municipais, que conta apenas com atendimento de clínico geral, pediatra e ginecologia. Com base em um levantamento feito no CNAES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – existem em Dracena 100 clínicas, consultórios e um hospital registrado, de diferentes naturezas (pública, privada ou beneficente). Há ainda em Dracena 4,81 leitos do SUS para cada mil habitantes, enquanto a média do Estado é de apenas 1,97 leitos por mil habitantes.

Outro fator de atração de população até Dracena é a presença de um comércio e de outros serviços mais diversificados, como concessionárias de automóveis – Autonovo, Apavel, Dinâmica Oeste e Coauto; também da rede bancária que atua na cidade com presença das agências Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Nossa Caixa, Sudameris, Caixa econômica Federal, HSBC e Santander. Alguns empresários do comércio de Dracena conseguiram expandir suas atividades e possuem pequenas redes de lojas com matriz em Dracena, como por exemplo, a loja de móveis Duma, presente também nas cidades de Irapuru, Tupi Paulista, Andradina – MS, e Três

Lagoas – MS; ou ainda a ótica e Relojoaria Fio de Ouro, com lojas também presentes em Junqueirópolis, Ouro Verde e Presidente Prudente.

Em Ouro Verde houve, a partir da década de 2000, um crescimento e diversificação das atividades das atividades comerciais e de serviços, com o surgimento de uma loja de móveis, papelarias, artigos diversos, e uma casa lotérica, entre outros, que antes deste período inexistia na cidade. No ano de 1995 havia 14 estabelecimentos no comércio e 9 no setor de serviços, enquanto que no ano de 2007 esse número já atingia 37 no comércio e 25 no serviço, porém este crescimento é pequeno e muitas pessoas se deslocam para consumir em Dracena, quando não é possível realizar este consumo em Ouro Verde ou mesmo para terem outras opções de compra.

O poder público estadual também exerce interferência na concentração de serviços em Dracena, pois com política de descentralização do Estado dos serviços de administração públicos, Dracena foi elevada à categoria de sede de Região de Governo, o que serviu para fortalecer ainda mais o seu papel central. As Regiões de Governo foram criadas em 1984, e passou a conviver com o modelo das Regiões Administrativas criadas em 1967, com objetivo de criar um novo padrão da organização espacial para a administração pública. (SEADE, 2003).

Como podemos averiguar até aqui, a cidade de Dracena teve um maior crescimento econômico que a de Ouro Verde, o que ampliou seus papéis, fortaleceu sua centralidade e até mesmo sua capacidade de atrair população, fazendo com que se posicione um nível acima na hierarquia urbana.

Contudo, vemos que crescimento econômico apenas não significa desenvolvimento. Na tentativa de mensurá-lo, adotamos a metodologia já utilizada por Bordo (2006) que baseia sua análise no dos índices de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - e IRPS – Índice Paulista de Responsabilidade Social.

O IDH é resultado de uma média aritmética com base nos índices de longevidade, educação, e renda per capita; com o resultado da média aritmética tem-se valores que vão de 0 a 1, sendo que 0 é o pior índice e 1 o melhor, a partir do IDH, os municípios podem ser classificados em um *ranking*. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) os valores do IDH são considerados de baixo desenvolvimento humano se menor que 0,500; médio desenvolvimento humano quando entre 0,500 e 0,800; e elevado desenvolvimento humano se superior a 0,800.

Vejamos o IDH de Ouro Verde e Dracena nas últimas décadas:

Tabela 3: IDH dos municípios de Dracena e Ouro Verde

Município	1980		1991		2000	
	IDH	Ranking	IDH	Ranking	IDH	Ranking
Dracena	0,724	100º	0,737	209º	0,800	169º
Ouro Verde	0,582	506º	0,644	555º	0,723	617º

Fonte: Fundação SEADE, 2007. **Org.:** Carla de Souza Leão.

Observa-se que ambos os municípios apresentaram melhoras neste índice, porém Dracena sempre se posicionou comparativamente melhor no *ranking* do que Ouro Verde. Apesar da melhora nos dois municípios, suas posições no *ranking* variaram bastante.

Outro índice, desta vez elaborado pela fundação SEADE, para medir o desenvolvimento é o IPRS, que considera as mesmas dimensões do IDH (riqueza, longevidade, e escolaridade), todavia apresenta a vantagem de classificar os municípios segundo grupos qualitativos.

Em cada uma das três dimensões, foram criados indicadores sintéticos, que são expressos em uma escala de 0 a 100, que constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas, e permitem a hierarquização dos municípios de acordo com cada dimensão (SEADE, 2004). Vejamos como se encontram classificados os municípios de Dracena e Ouro Verde no IRPS:

Tabela 4: IPRS no município de Dracena nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006.

Ano	Grupo	Riqueza		Longevidade		Escolaridade	
		pontuação	Posição	pontuação	posição	pontuação	posição
2000	3	43	261º	65	372º	54	49º
2002	3	35	284º	67	370º	70	11º
2004	4	37	273º	67	441º	68	28º
2006	4	39	279º	70	410º	71	157º

Fonte: Fundação SEADE – IPRS, 2004; 2006. **Org.:** Carla de Souza Leão

Podemos observar que o município de Dracena encontrava-se no Grupo 3 entre 2000 e 2002 que significa baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores nas dimensões sociais, e no Grupo 4 em 2004 e 2006, com baixos níveis de riqueza e deficiência em um dos indicadores sociais. Durante o período de 2000 a 2006 o município manteve-se abaixo da média estadual quanto à dimensão riqueza. Em relação à longevidade o município manteve-se estável entre 2000 e 2002, e acompanhou a média estadual; entretanto entre 2002 e 2006 houve uma melhora na média estadual que o município não acompanhou, perdendo posições no *ranking* (da 370º para a 441º posição e depois para a 410º posição), por conta disso caiu para o

Grupo 4. Já a dimensão escolaridade esteve sempre acima da média estadual, com aumento significativo na pontuação entre 2000 e 2002, ocupando a 11^o posição no *ranking*, e um pequeno retrocesso entre 2002 e 2004, perdendo algumas posições (caiu para a 28^o), e entre o período de 2004 e 2006, embora houve uma melhora na pontuação, perdeu mais algumas posições.

Tabela 5: IPRS no município de Ouro Verde nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006.

Ano	Grupo	Riqueza		Longevidade		Escolaridade	
		pontuação	Posição	pontuação	posição	pontuação	Posição
2000	3	27	608 ^o	66	353 ^o	44	302 ^o
2002	4	24	572 ^o	61	524 ^o	54	279 ^o
2004	3	25	586 ^o	69	375 ^o	59	201 ^o
2006	4	29	550 ^o	65	538 ^o	66	311 ^o

Fonte: Fundação SEADE – IPRS, 2004; 2006. Org.: Carla de Souza Leão

Ainda de acordo com os dados do SEADE (2004; 2006), o município de Ouro Verde oscilou entre os Grupos 3 e 4. Na dimensão riqueza, o município sempre se manteve muito abaixo da média estadual, embora tenha subido de posições no *ranking* em 2006. Na dimensão longevidade em 2000 estava dentro da média estadual, porém apresentou desempenho desfavorável em 2002, ficando abaixo da média estadual, perdeu posições no ranking (da 353^o para a 524^o posição) e caiu para o Grupo 4; entre 2002 e 2004 apresentou significativo progresso, subindo a 375^o posição, mas em 2006 apresentou. Em relação à escolaridade, teve aumento na pontuação durante todo o período e, embora tenha perdido posições no *ranking* entre 2004 e 2006, sempre esteve acima da média estadual,

Comparando o desenvolvimento nos dois municípios, nota-se que o município de Dracena, na maioria dos momentos analisados, esteve em situação melhor que o município de Ouro Verde. Existe uma significativa diferença nos níveis de IDH, que embora tenha diminuído ao longo dos anos de 1980, 1990 e 2000, eles têm se afastado no *ranking*; enquanto Dracena se posicionou bem em relação aos demais municípios do estado, Ouro Verde ficou classificado entre os 29 piores municípios.

Observando cada uma das dimensões que compõem o IPRS, podemos analisar mais de perto as diferenças nos níveis de riqueza entre os municípios – Ouro Verde apresentou pontuação entre 24 e 29, enquanto Dracena entre 35 e 43 – e também nos níveis de escolaridade – Ouro Verde apresentou pontuação entre 44 e 66, enquanto Dracena apresentou pontuação entre 54 e 71. Na dimensão longevidade, ambos

apresentam uma pontuação semelhante – Ouro Verde entre 61 e 69 pontos e Dracena entre 65 e 70 pontos.

Analisando o desenvolvimento de Dracena e Ouro Verde dentro da proposta de Boisier, observamos que os atores locais (empresários do comércio e industriais) de Dracena tiveram uma capacidade de investir e de se adequar às demandas do mercado e da população local, favorecendo ao crescimento econômico.

O poder público municipal também foi fundamental no processo de desenvolvimento de serviços educacionais que, ao atender não somente a população de Dracena, mas também das cidades vizinhas, foram capazes de aumentar a sua centralidade.

Considerações finais

Embora o trabalho tenha abordado apenas duas cidades dentro de uma mesma região, a partir dele é possível observar como nesta dimensão escalar do urbano pequenas cidades podem apresentar-se de modo muito diversificado, exercendo diferentes papéis dentro de uma rede urbana, e como citamos anteriormente Corrêa (1999), elas podem seguir diferentes caminhos.

Na reestruturação as cidades de Dracena e Ouro Verde tiveram alterado o papel exercido por cada uma delas, que a princípio era dar suporte às atividades agrícolas. Ouro Verde perdeu papéis, mas Dracena passa a incorporar novas atividades que foram fundamentais ao seu desenvolvimento e reforçaram sua centralidade. Ficou evidente a diferença no desenvolvimento econômico e social entre os dois municípios, pois de modo geral, Ouro Verde apresentou indicadores socioeconômicos inferiores ao de Dracena.

Notamos que os agentes locais (empresários do comércio e industriais) de Dracena tiveram capacidade de investir e de se adequar às demandas do mercado e da população local. Enquanto isso, em Ouro Verde, embora o poder público municipal tenha sido um importante ator, que de alguma maneira tentou fomentar a atividade industrial, esta não conseguiu se sustentar e, atualmente, tem pouca influência na dinâmica da cidade e mantém-se estagnada.

O poder público municipal em Dracena que, mais recentemente buscou articulação com o poder público estadual para a criação da Unidade Diferencial da Unesp, foi fundamental no processo de desenvolvimento de serviços educacionais, que

ao atender não somente a população da cidade mas, também, das cidades vizinhas, demonstrando indícios para aumentar a sua centralidade.

Sendo assim, dentre os fatores para essa diferenciação no desenvolvimento das duas cidades podemos enumerar:

- O papel do poder público municipal nos incentivos a atividade industrial e na criação dos distritos industriais, que neste caso na cidade de Ouro Verde não tiveram tanto êxito;
- A iniciativa de empresários locais, que foi muito mais forte em Dracena;
- Os investimentos em educação na cidade de Dracena, principalmente em nível superior e técnico, pela iniciativa dos poderes públicos municipal e estadual e iniciativa privada;
- A atuação do poder público estadual ao constituir Dracena como sede de Região de Governo, concentrando nesta cidade alguns dos serviços de administração;
- A proximidade de Dracena ao eixo da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP 294) favoreceu o desenvolvimento da indústria local e facilitou a articulação com outros centros urbanos e reforçou ainda mais o papel central.

A cidade de Ouro Verde encontra-se polarizada por Dracena, pelos seus serviços de educação em nível superior e técnico, pelo comércio mais diversificado e nos serviços de saúde; pode-se dizer que chega a haver uma relação de dependência, pois a população de Ouro Verde não consegue satisfazer plenamente suas necessidades na própria cidade.

Dracena e Ouro Verde podem ser consideradas como cidades pequenas, mas se observa que Dracena se encontra em posição superior na hierarquia urbana, sendo classificada de acordo com o estudo da REGIC (2008) como um Centro de Zona A, com certo grau de importância na rede urbana local, enquanto Ouro Verde é apenas um Centro Local com uma centralidade que não ultrapassa a escala municipal.

Existe a possibilidade da cidade de Ouro Verde apresentar processos que até poderão lhe conferir um dinamismo maior e dota-la de novos papéis, o que dependerá em muito da atuação de agentes locais em consonância com a realidade de seu entorno, porém Dracena tende a continuar ocupando uma posição central na rede urbana local.

Referências Bibliográficas

BARQUERO, Antonio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística da UFRGS, 2001.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOISIER, Sergio. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. In: **Estudios Regionales**, nº 48, 1997. p. 41-79

BORDO, Adilson Aparecido. As influências do eixo de desenvolvimento da Rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP. In: **I CIMDEPE – Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano**. 2, Presidente Prudente – SP, Anais, 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana – Uma nota sobre as pequenas cidades**. Território, Rio de Janeiro, v.4 nº6, jan./jun. 1999. p.41-53

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v.1 nº1, jan./dez.2004. p. 65-78.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2006. 507p.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. Estudos de caso: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Departamento de Geociências. Florianópolis – Santa Catarina: UFSC, 1990. 282p.

IBGE. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

JUANICO, Meliton B. O desenvolvimento em cidades pequenas no terceiro mundo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v.35, nº252, p.24-35, jan. - mar. 1977.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo; SPOSITO, Eliseu Savério. A dinâmica econômica no Estado de São Paulo: do paradigma de área ao paradigma de eixo de desenvolvimento. In: SILVA, João Marcio Palheta da; SILVEIRA, Marcio Rogério. **Geografia econômica do Brasil**: temas regionais. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002. p.187-216.

SANTOS, Milton. Cidade e Região nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, Milton. **As cidades nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. As cidades locais no terceiro mundo: O caso da América Latina. IN: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade (ensaios)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p.69-75.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SÃO PAULO. (ESTADO), FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Anuário estatístico do estado de São Paulo**. São Paulo: SEADE, 2003. Disponível em < www.seade.gov.br/produtos > acesso em 02/08/07

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.p.23-47.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades de São Paulo. Tese (Livre Docência) - Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2004. 508 p.

Recebido em: 08/10/2009

Aceito em: 18/04/2010